

## A periferia da periferia\*

Começar pelas palavras talvez não seja coisa vã.  
As relações entre fenómenos deixam marcas no  
corpo da linguagem.

(Bosi, 1992: 11)<sup>1</sup>

Escritores africanos de língua portuguesa e seus críticos têm a consciência de que, no actual jogo de forças cultural, as literaturas africanas de língua portuguesa ocupam um lugar periférico. Porém, do que também não têm dúvidas é que a «essência» do periférico não é, claramente, um valor intrínseco às suas obras, embora condicionada por juízos de valor estético-literários, situando-se no puro domínio externo do fenómeno literário, na expressão de Pierre Bourdieu. Decorre, pois, essa perifericidade, das esferas e instâncias de legitimação da literatura, que tendem a relegar a produção literária africana para o estatuto de *subliteratura*. Não me parece arbitrário o alargamento semântico deste conceito – que foi utilizado para designar aquela literatura marginal no sistema literário *institucionalizado* do mesmo espaço sociológico – para definir o funcionamento marginal das literaturas africanas em relação ao sistema com o qual mantêm uma relação conflitual, pelo menos na sua fase primitiva. Por uma confluência de factores que referirei mais adiante, essa literatura passa, então, a agir, como *contra-literatura*, como

---

\* O título completo deste artigo é o seguinte: «A periferia da periferia – o estatuto periférico das literaturas africanas de língua portuguesa e a dupla perifericidade das literaturas são-tomense e guineense».

<sup>1</sup> No primeiro capítulo deste livro, Alfredo Bosi reflecte sobre as relações etimológicas entre os conceitos de colónia, culto e cultura.

o demonstra o crítico francês Bernard Mouralis, no seu livro *As Contra-Literaturas* (Mouralis, 1982).

Com efeito, as fronteiras e o estatuto da perifericidade literária (que só existe em função de um campo literário monumental), têm mais a ver com as relações entre produção e recepção do texto literário do que com a sua qualidade estética, numa abordagem interdisciplinar em que a Sociologia tem um lugar importante. Porque, como tentarei demonstrar mais adiante, muitas dessas obras têm um grande interesse e valor sócio-ideológicos. É o caso das antologias literárias guineenses e são-tomenses (sobretudo as primeiras), que foram publicadas nos anos 70, logo após as independências políticas, e que contribuíram grandemente para a afirmação (e a confirmação) sociológica dos sistemas literários nacionais. Essas antologias, em que foram revelados muitos (jovens) escritores, asseguraram um lugar ideológico na cultura, melhor, na *cultura nacional*, que, na maior parte dos países africanos, é (ainda) um projecto; enfim, no sistema nacional.

Literaturas de «nações» em construção, com as devidas excepções de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, de nações de difícil emergência e existência, torna-se inevitável que a incidência temática seja especificamente histórico-cultural, enformada pelo social (na sua lata abrangência), numa semiose completamente diversa da da literatura europeia. É uma exigência que é imposta ao escritor africano e que ele se impõe a si mesmo, pela premência do social, e que «baralha» o leitor e o crítico europeus ou de formação europeia. Dois fenómenos se geram desse desfasamento entre o texto e o horizonte de expectativas: por um lado, a maior parte da crítica europeia marginaliza aquela literatura que não corresponde ao seu ideal do literário; por outro, dada a hegemonia das instâncias de legitimação literárias europeias (o editor, o leitor, o círculo da crítica e da leitura, a universidade, o público) – muitas das quais em África são inexistentes (exemplos de São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau), inoperantes ou muito simplesmente primitivas (exemplos de Angola e Moçambique) – o escritor africano, no seu intuito (legítimo, encarado individualmente) de ser publicado, lido e estudado fora do seu país – vale dizer na Europa – molda-se aos cânones do literário.

Decorrente das implicações ideológicas que a literatura africana tem vindo a ter, esse funcionamento confere à literatura um valor ético que é tendente à constituição de uma «cultura legítima» devido ao facto de, em África – e porventura não apenas –, à função estética estarem vinculadas duas outras: a referencial e a conativa/persuasiva. A concepção que tem da literatura uma sociedade de tradição ágrafa, em que a escola é ainda um privilégio, passa por uma função nuclear porque a literatura, como «totalidade significante», tem a ver com a imagem e o registo da tradição, sendo a identidade literária um dos campos privilegiados da construção da identidade nacional. E isso não obstante a oralidade ter uma importância fundadora nessas sociedades em que o texto não é intermediário da comunicação. Porque, como diz Bernard Mouralis, podendo a literatura ser «instituição sem fundamento teórico, instituição empírica e pragmática, a literatura é também um sistema» – sistema independente da quantidade e da qualidade das obras. E, neste aspecto, dois críticos de formação muito diversa, de preocupações completamente diferentes, Gérard Genette e Antonio Candido, convergem. Diz Antonio Candido:



Cada literatura requer tratamento peculiar, em virtude dos seus problemas específicos ou da relação que mantém com as outras [...]. A sua [da brasileira] formação tem [...] caracteres próprios e não pode ser estudada como as demais, mormente numa perspectiva histórica, como é o caso deste livro, que procura definir ao mesmo tempo o valor e a função das obras.

A dificuldade está em equilibrar os dois aspectos, sem valorizar indevidamente autores desprovidos de eficácia estética, nem menosprezar os que desempenharam papel apreciável, mesmo quando esteticamente secundários [...].

Comparada às grandes, a nossa literatura é pobre e fraca. Mas é ela, não outra, que nos exprime (Candido, 1975).

Concorda Gérard Genette:

[...] quer contenha um livro, dois livros ou vários milhares, a biblioteca de uma civilização encontra-se sempre completa, porque no espírito dos homens se constitui sempre como sistema (Genette, 1967).

A sistematicidade é, aliás, uma das ideias fundamentadoras das literaturas angolana, cabo-verdiana, moçambicana e são-tomense, juntamente com a concertação performativa. À volta dessas ideias, as literaturas africanas realizam tópicos que se podem subsumir numa convergência temática na relação com a História – sendo a natureza das relações sociais e humanas gerada em situação de imanência colonial. Daí que, a par da essência tradicional da literatura (ou melhor, da poesia, para remontar às reflexões mais antigas), confluem nas literaturas africanas duas outras características ontológicas: a de testemunho e a de compromisso, na representação de imagens sociais. E nessa dualidade, coexistente com a ficcionalidade, a literatura funciona constantemente como (re)escrita quer da realidade colonial ou pós-colonial (este signo é uma presença obsidiante), quer dos próprios (outros) textos existentes, a saber, dos vários discursos coloniais (literário, político, etnográfico, exótico ou simplesmente negrófilo), visando a sua neutralização. E tal reescrita pretende reagir contra aqueles textos tanto no seu aspecto semântico-pragmático, como no aspecto sintático (construção e caracterização dos espaços, tempo e das personagens) ou no aspecto verbal (por exemplo, no tratamento linguístico das personagens). Não admira que, tendo surgido a partir de uma ação concertada, como subsidiária do discurso nacionalista, as literaturas africanas funcionem – ou tenham funcionado, na sua emergência e sistematização – como *contra-literaturas* porque construíam, representavam, apresentavam e veiculavam contra-imagens e imagens inéditas do mundo africano: a terra, o homem, a história e a cultura, tentando reescrever o mundo africano. À «agressão» ideológica, junta-se, assim, a subversão estética – e tudo conflui para a perifericidade, pela dificuldade das instâncias de legitimação considerarem tais manifestações artísticas como factos estéticos, segundo um olhar sempre direccionado para um discurso padronizado.

Mas, por outro lado, não se pense que se trata de uma autonomização em relação à «literatura central». De facto, a dependência das instâncias de legitimação europeias continua. Parece tratar-se de uma relação de que, numa perspectiva de globalização, as sociedades hegemónicas também precisam: aí procuram o outro, o diferente, o exótico ...

A relativa marginalização dessa produção da esfera da «literatura legítima» decorre, porém, de vários outros factores. Não raramente essa «menoridade» é – inconscientemente, acredito – assumida pelos estudiosos quando, no seu afã de as «elevar» ao estatuto das outras literaturas e corrigir a «injustiça» de que são vítimas, pretendem submetê-las a um tipo de abordagem decorrente da aplicação, pura e simples, de modelos e formulações teóricas europeias, sem qualquer reflexão sobre as especificidades culturais do literário africano e sem qualquer consideração de toda uma pesquisa visando a construção de uma poética africana que se está a desenvolver entre os estudiosos das literaturas africanas de línguas francesa e inglesa e nos círculos académicos desses países. Outrossim, essa atitude e esses factores são muitas vezes mascarados pela exigência do universal e da modernidade, revelando uma visão eurocêntrica do literário, porventura histórica, embora evitável. Todavia, embora muitos desses factores sejam circunstanciais, são de existência decisiva e sobre eles passaremos a reflectir.

A primeira falibilidade para a legitimação estatutária desse *corpus* decorre do estatuto secundário dos países africanos de língua oficial portuguesa no contexto mundial. Talvez não caiba no âmbito desta reflexão uma abordagem abrangente que englobe os aspectos sócio-político e económico, mas um olhar superficial pelos manuais de economia mundial informa-nos sobre a *décalage* entre os termos das relações económicas externas dos países africanos, o estado actual desses países no que diz respeito aos produtos internos e o seu lugar no processo de mundialização económica. Reportando-se às reflexões dos escritores e intelectuais africanos e africanistas, Lilyan Kesteloot, ao introduzir o capítulo «Et l'avenir? Littérature et Histoire...» (Kesteloot, 1992: 491 ss), desmonta as relações entre o histórico e o literário, através da teoria dos 3 D's (a Dívida, a Demografia e a Ditadura)

que se entrechocam, gerando a exigência do quarto D: a Democracia, nova fonte de matéria ficcionalizante, de que é um exemplo *A Geração da Utopia* (1992), de Pepetela. Este aspecto da transfiguração da informação imediata real, da realidade histórica que se vive naquele momento, confere singularidade ao fenómeno literário africano: *Os Patriotas*, de Sousa Jamba, naquele ano de 1990/1991 (edição em língua portuguesa), ano dos tristemente célebres Acordos de Bicesse, que proporcionariam a paz para Angola; *A Geração da Utopia*, de 1992, ano da «implementação» da democracia; e *Terra Sonâmbula* (1992), de Mia Couto, sobre a guerra, e, do mesmo autor, *Estórias Abensonhadas* (1994), no momento em que a terra moçambicana acordava com as promessas de paz que o Acordo de Roma traria – são exemplos de como a literatura africana se alimenta também da intensificação do factor *acontecimento vital na vida do país*. Porque a literatura é também fatora de acontecimentos, interferindo no sistema nacional. Mas a essa vinculação estreita entre arte e real, ainda que transfigurado, que é inescapável em sociedades em que a precariedade é uma constante, tais instâncias de recepção consideram-na algo primitiva, incipiente e reveladora de pouca elaboração literária nos actuais estudos literários.

Nesse contexto – o da marginalidade e exclusão dos próprios países no jogo de forças mundiais e das relações hegemónicas por que passam as relações culturais – contribui ainda a perifericidade da língua portuguesa, em que as literaturas de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe se inscrevem: quero dizer, o estatuto secundário da expressão linguística dessas literaturas no jogo dos prestígios e das hegemónias sócio-políticas, culturais e linguísticas. Porém, o estatuto secundário da língua portuguesa parece decorrer não apenas desse jogo de forças Norte-Sul, mas também da inexistência de uma potência regional e do facto de não se terem encontrado formas políticas para a moralização linguística do português – como aconteceu com o espanhol. Estou convencida de que, por via de uma recuperação económica nos países de língua portuguesa, nomeadamente no Brasil, o português, deixando de ser língua de «muitos milhões de analfabetos e famintos», ganhará estatuto de imposição mundial. Assim, na

Europa, nas Américas e em África, a introdução da língua portuguesa no rol das línguas de comunicação passará a ser tácita.

A outra esfera geradora da perifericidade dessas literaturas é a sua expressão quantitativa, aliada à sua expressão qualitativa no que respeita a uma tradição canónica. Com efeito, é consensual a ideia de que os primórdios da literatura africana de língua portuguesa – particularmente da literatura angolana – se situam no séc. XIX, designadamente com *Espontaneidades da Minha Alma – às Senhoras Africanas!* (1849), de José da Silva Maia Ferreira<sup>2</sup>. Contudo, embora admitindo o funcionamento simbólico dessa obra para o espaço africano de língua portuguesa (perspectiva globalizante que, a este nível, não empobrece a visão crítica dessas literaturas e que a história desses países explica mas que não cabe no âmbito desta reflexão), cada área geo-poética tem um funcionamento próprio, endógeno, condicionado pelas especificidades de cada dinâmica histórica. É essa dinâmica sócio-histórica e cultural específica que explica o grande decréscimo da actividade literária e de escrita entre os são-tomenses desde a instauração do regime colonial-fascista, não obstante o intenso labor editorial e jornalístico dos filhos-da-terra dos fins do séc. XIX e princípios deste século. Ou o tardio surgimento de uma elite de naturais da Guiné-Bissau e o conseqüente retardamento de uma actividade cultural e de produção de escrita pelos naturais do país, quando nos outros países, não apenas uma actividade de escrita, mas até literária, era uma realidade consolidada em Angola ou em Cabo Verde. Com efeito, se apenas em 1930, surge *O Comércio da Guiné*, o primeiro jornal editado por um natural, Armando António Pereira, que congregava cabo-verdianos e descendentes de cabo-verdianos residentes na Guiné, será apenas em 1963 que se «começa» a falar de uma possível Guiné literária, com a inclusão de uma voz isolada (portanto, uma manifestação muito primitiva), em *Poetas e Contistas Africanos*, de João Alves das Neves, em São Paulo. Ora, em 1963, os

---

<sup>2</sup> Fazer recuar essas manifestações precursoras, e não digo antecessoras, ao séc. XVI ou XVII, como tem vindo a ser defendido, é, sem grandes análises, admitir que nesse tempo já existia um espaço ideológica e simbolicamente territorializado chamado Angola, o que me parece, no mínimo, discutível.

contornos de um sistema literário nacional já estavam irreversivelmente definidos em Cabo Verde (aliás, desde os anos subseqüentes a 1936, com *Claridade*); em Angola (decisivamente desde os anos que medeiam entre 1948, com os Novos Intelectuais de Angola, e 1951/52, com *Mensagem*); em Moçambique (pelo menos após a experiência interrompida de *Msaho*, 1952) e mesmo em São Tomé e Príncipe (entre 1942, com *Ilha do Nome Santo*, e 1963, com *Poetas de São Tomé e Príncipe*). A essa tardia actividade cultural e educacional na Guiné-Bissau não será alheio o facto de, apenas a partir de 1879, aquele território passar a ter uma existência administrativa autónoma, portanto, um desenvolvimento sócio-cultural autónomo, que nem a Conferência de Berlim, através das disposições do seu Acto Geral, conseguiu impulsionar significativamente. Num tal panorama de escassez (se comparada às outras literaturas congéneres, parafraseando Antonio Candido, já aqui citado), não admira que ganhem importância nomes que em outros espaços geo-poéticos não teriam valor sociológico, como é o caso de Fausto Duarte, que poderá, neste contexto, ser considerado um precursor, juntamente com António Baticá Ferreira, representantes literários da Guiné-Bissau na antologia de 1963.

Esses «resgates», ditados por intencionalidades ideológicas e sociológicas, em países emergentes, em que a autonomia política se alicerça também numa expressão literária – esses resgates, dizia, embora compreensíveis, necessários e funcionais, talvez contenham uma faceta venenosa: a da inclusão de obras sem grande originalidade estética, o que contribui para a subestimação do *corpus* literário. Por exemplo, essa tardia, escassa e irregular actividade literária não contribuiu, numa era de aceleração global, para a sedimentação de um sistema, que não existe sem determinados pressupostos: uma tradição literária e uma memória dela, aspecto que se liga ao da transmissão. A estória, por exemplo, como a legitimaram os *griots* daquele universo (Luandino Vieira, Arnaldo Santos, António Cardoso, Boaventura Cardoso, Jofre Rocha, entre outros), é um género angolano. Dada, pois, a natureza emergente das literaturas africanas de língua portuguesa, a indefinição do seu campo literário é um dos factores (ou será consequência?) de

perifericidade: as instâncias de legitimação, embora nunca sejam apenas da esfera do cultural, são nesses países eminentemente classistas<sup>3</sup>.

Assim, consideradas na sua globalidade, as literaturas africanas são literaturas periféricas: pela ausência de monumentos literários (conceito que não se confunde com o de «autores consagrados»), pela ausência de uma (memória de) tradição, pelo afastamento dos cânones literários e, finalmente (é preciso reconhecê-lo), pela incipiência do labor de escrita, em muitos – porventura demasiados – casos. E, considerados particularmente os casos das literaturas são-tomense e guineense, a diferença não é de natureza – é, apenas, de grau. E é à volta dessa diferença de grau que se organiza o estatuto da periferia das periferias.

---

<sup>3</sup> Numa mesa-redonda com os escritores africanos em Portugal, no Centro Nacional de Cultura, por ocasião do fim de um Curso de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, ao apresentar os escritores presentes na sala, não referi um historiador angolano presente – como também não havia referido antropólogos ou jornalistas portugueses também presentes. Pois bem, esse facto foi considerado um lapsus condenável, digno de correcção, por alguém que achava que eu me tinha esquecido de um escritor – um historiador!

Inocência Mata é leitora do Departamento de Língua e Cultura Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Mestre em Literaturas Brasileira e Africanas de Língua Portuguesa (1986), com uma tese sobre literatura são-tomense, é também autora de *Pelos trilhos da literatura africana de língua portuguesa* (1992) e de *Emergência e existência de uma literatura – o caso santomense* (1993).

**Referências bibliográficas**

BOSI, Alfredo (1992) – *Dialética da Colonização*, São Paulo, Companhia das Letras.

CANDIDO, Antonio (1975) – *Formação da Literatura Brasileira*, 5.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Editora da USP/Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 2 vols.

GENETTE, Gérard (1967) – «Structuralisme et critique littéraire», in *L'Arc*, n.º 26. *Apud* Mouralis, 1982: 25.

KESTELOOT, Lilyan (1992) – *Anthologie Négro-Africaine: Histoire et Textes de 1918 à nos Jours – Panorama Critique des Prosateurs, Poètes et Dramaturges Noirs du XXe Siècle*, Vanves, EDICEF.

MOURALIS, Bernard (1982) – *As Contra-Literaturas*, Coimbra, Almedina.